

2ª quinzena de julho de 1999

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 50

Encontro em Paris reuniu 1.500
ativistas de 70 países. O presidente da CUT
gaúcha, Francisco Vicente, participou da
delegação brasileira no evento e conta qual
será a agenda política dos movimentos
sociais

Página 12

RAIO X DA UFRGS

As veias abertas de uma *universidade*

Um olhar atento sobre a Ufrgs revela que a terceira maior universidade federal do país agoniza em silêncio. Diariamente, alunos, funcionários e professores são expostos a riscos invisíveis causados pelas más condições de trabalho e pela falta de recursos para a conservação e recuperação de um patrimônio de R\$ 500 milhões. Feridas abertas pelo abandono e que ainda não têm data para cicatrizar.

Páginas 6, 7, 8 e 9



A "anti-autonomia"

O nosso jornal já estava em boa parte pronto quando caiu a bomba do projeto de "anti-autonomia" do MEC. Portanto, este editorial se dividirá entre a reportagem de capa e o referido projeto. A matéria de capa, aliás, está relacionada com o projeto. Enquanto que este último desfere o golpe de misericórdia sobre a universidade pública, o descalabro da infra-estrutura física da universidade é sua não tão lenta agonia, e concretamente representa o risco para a saúde e até para a vida dos seus servidores, professores, alunos e outros usuários. A reportagem do jornal dá alguns exemplos.

Em relação a esta questão, nosso sindicato se mobilizou, junto com as entidades dos estudantes e funcionários, para exigir providências. Admitimos que tardiamente nos acordamos para estes problemas. Vinhamos sendo advertidos por nossa colega Marilene Schmarczek - representante da Adufrgs na Comissão de Implantação das Cosats - dos graves problemas de risco na universidade. Encaminhávamos as questões de forma rotineira até que aconteceu a quase tragédia na Faculdade de Arquitetura. Com o acidente, nos demos conta de que até então havíamos aceitado a banalização do risco. Todos - sindicatos, administração, comunidade universitária - somos responsáveis por aceitarmos trabalhar em tais condições.

Providências estão sendo tomadas e os riscos mais graves estão sendo avaliados e corrigidos. No entanto, o governo é o grande responsável por este problema. Não só não toma providências para alterar os insignificantes orçamentos que conduzem a situações semelhantes, como prepara um projeto de lei que liquida de vez com a universidade pública e o resto de autonomia que ainda existe.

No dizer da diretoria da Andes, o projeto é de inspiração fascista. Não se trata de frase de efeito, mas constatação sociológica, na medida que identifica o controle social da universidade acrescido do controle do Estado. Efetivamente, além

da tutela do MEC, a universidade será controlada por outros ministérios (principalmente da área econômica) e pela Casa Civil da Presidência da República.

O financiamento seria assegurado por valores que têm como referência o ano de 1997 (considera um ano razoável para a década de 90). O MEC disporia de 7% deste valor para coagir as universidades a aderirem a um suposto "contrato de desenvolvimento institucional", que impõe as metas do governo às universidades. Quem pensa que esta porcentagem é insignificante está equivocado. Trata-se de cerca de 50% das verbas de custeio e capital (aquelas que podem ser "livremente" manejadas) correspondentes aos recursos de manutenção, que por sua vez faltam para a conservação de nossos prédios. Os novos professores e funcionários ingressarão na universidade via CLT (com tudo isso que esta modalidade de contrato comporta) e nós, os atuais, seremos um regime em extinção (também com tudo que isso comporta). Além disso, cada universidade poderá propor seu plano de carreira, implodindo de vez o sistema federal de ensino superior. Uma pérola plantada no projeto (seguramente pelo ministro Malan et caterva) é a possibilidade de amputar recursos já previstos no orçamento, entre outras coisas para "gerar superávits primários". Está a se prever termos aditivos ao "contrato" com o FMI.

Para reforçar a caracterização de insipiração fascista, antes referida, existe um dispositivo no projeto que prevê intervenção na universidade no caso de presunção de irregularidade. A velha e essencial norma do Direito, onde se é inocente até prova em contrário parece que caiu em desuso. Os aposentados, "aqueles velhos que não valem nada" - no dizer do ministro Paulo Renato Souza -, vão para onde merecem ir "aqueles que não valem nada": para a vala comum do Tesouro Nacional, isto é, descartados.

Estamos indignados, revoltados. Transformemos esta indignação em luta.

Crédito educativo

O índice de Classificação criado pelo MEC para selecionar os candidatos ao crédito educativo será calculado a partir de cinco indicadores de renda, patrimônio e despesa da família com saúde e educação. Quem pagar aluguel, tiver parente com doença crônica, mais de uma pessoa na família matriculada em Universidade particular e não tiver curso superior levará vantagem. Para ser selecionado, o candidato deverá ter "idoneidade cadastral" e apresentar um fiador, com renda mensal equivalente ao dobro do valor da mensalidade. Além disso, precisara ter bom desempenho no curso, sendo aprovado em pelo menos 75% das disciplinas. O beneficiado deverá pagar trimestralmente, durante o curso, taxa referente aos juros de 12% ao ano. O objetivo, diz o governo, é diminuir a dívida após a formatura. O prazo para quitar o empréstimo será de uma vez e meia a duração do curso.

Encontro Nacional I

Sem caráter deliberativo, o "6º Encontro Nacional de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria", realizado de 6 a 8 de agosto em Goiânia, foi marcado pela atualização dos dirigentes nos assuntos pertinentes ao tema. No sábado, dia 7, os painéis giraram em torno de questões como a Previdência Social no Brasil e a alternativa dos fundos de pensão para o financiamento da aposentadoria dos servidores públicos. No dia seguinte foi a vez de predominar o segundo tema do encontro: a "redefinição do papel dos Hospitais Universitários como Espaço para o Ensino, a Pesquisa e a Assistência". A Adufrgs participou do evento com três representantes.

Encontro Nacional II

Na reunião conjunta dos GTs Carreira e Aposentados, promovida pela Andes durante a realização do encontro de Goiânia, a entidade anunciou que irá protocolar seu projeto de lei de "Carreira Única para o Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior" junto ao MEC em 25 de agosto. A proposta, distribuída oficialmente em 30 de julho, atualiza o texto original, que consta do "Cadernos Andes nº 2". Com um grande ato público, que antecede a Marcha dos Cem Mil sobre Brasília (marcada para o dia 26), a Andes pretende denunciar o fato de que as ações do MEC estão caminhando no sentido de ampliar ainda mais as diferenças que existem atualmente na estrutura da carreira dos docentes das instituições federais de ensino superior.

Perfil dos aposentados

Está em fase de interpretação dos dados a pesquisa sobre o perfil dos pro-

fessores aposentados da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Elaborado pelo GT de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social da Associação dos Professores da UFPR, o levantamento segue o modelo de uma consulta semelhante elaborada pelo GT-Aposentados da Adufrgs no ano passado. A recente tabulação do questionário revelou que 68% dos inativos da UFPR têm entre 50 e 69 anos, 59% esteve ligado à instituição num período entre 19 e 30 anos, 46% possuem pós-graduação e 90% se aposentou por tempo de serviço. Outros três dados mostram também que o professor aposentado pela UFPR está afastado da universidade e das discussões em torno da aposentadoria: apenas 13% dos entrevistados declararam participar do GT, 3% mantêm atividade sindical e 10%, atividade acadêmica.

Autonomia

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) vai participar, juntamente com a Fasubra e a UNE, no dia 11 de agosto, na sede da Andifes, em Brasília, de uma reunião para discutir o projeto de Autonomia Universitária divulgado pelo MEC. A Andes vem articulando um encontro de todas as entidades ligadas ao ensino superior, mais a SBPC, Academia Brasileira de Ciências e a UNE para formalizar uma posição conjunta contra o projeto de autonomia do governo e em defesa da universidade pública. Na primeira semana de agosto, o sindicato encaminhou ofício ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, solicitando que o projeto não fosse encaminhado ao Congresso porque apresenta "graves problemas no que diz respeito a sua constitucionalidade". O ministro não ficou sensibilizado e na mesma semana enviou o projeto ao Congresso Nacional.

Escola e TV

Pesquisa anual realizada pelo Centro Público de Política Annenberg, da Universidade da Pensilvânia (EUA), revelou que 48,2% das crianças norte-americanas têm um aparelho de TV em seu quarto. Elas ficam em média quatro horas na frente da telinha assistindo à programação da TV ou jogando videogame. O tempo é bem superior à uma hora dedicada às tarefas escolares. No Brasil, a Escola do Gama, em Brasília, realizou uma pesquisa com mais de 300 alunos e constatou que o baixo rendimento escolar dos estudantes estava relacionado com o fato de que 27% deles dormiam depois da meia-noite para ficar assistindo televisão.

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyner;
2º Suplente: Jaqueline Moll

ENSINO & MERCADO

Um negócio chamado Educação

Adesão às estratégias de mercado fazem do ensino uma das mais lucrativas atividades do momento

O mercado educacional brasileiro vem crescendo mais rapidamente que o Produto Interno Bruto (PIB), segundo revelou um levantamento feito pelo jornal *O Estado de São Paulo*, com base em dados do MEC e do IBGE. Enquanto de 91 a 97 o PIB cresceu 22,6%, os serviços educacionais evoluíram 24,5% no ensino médio e 24,2% no superior, já representando 1% do PIB.

A mesma tendência se observa nos Estados Unidos, onde um relatório da Merrill Lynch aponta a educação como um dos negócios mais promissores do momento. Só no ano passado, as escolas norte-americanas registraram uma renda de US\$ 70 bilhões e devem atingir US\$ 100 bilhões até 2001. O aquecimento desse mercado vem atraindo, cada vez mais, as grandes corporações. A Microsoft, por exemplo, já destina ao mercado educacional de 5% a 10% de tudo o que vende. No Brasil, as instituições que oferecem ensino fundamental, médio e cursos específicos de língua movimentam R\$ 3,6 bilhões anuais, segundo cálculos da Promofair, empresa organizadora da Educar - feira de produtos e serviços que negociou R\$ 120 milhões, de 19 a 22 de maio último, em São Paulo. Dados da Unesco revelam que 5,7 milhões de brasileiros trabalham hoje em alguma área ligada à educação.

A pesquisa do *Estadão* mostra ainda a concentração de um grande número de escolas nas mãos de cinco grandes grupos educacionais: Objetivo, Positivo, Pitágoras, COC e Pueri Domus. Eles concentram 20,4% dos alunos do ensino fundamental e médio da rede privada, o que significa mais de 1 milhão de pessoas.

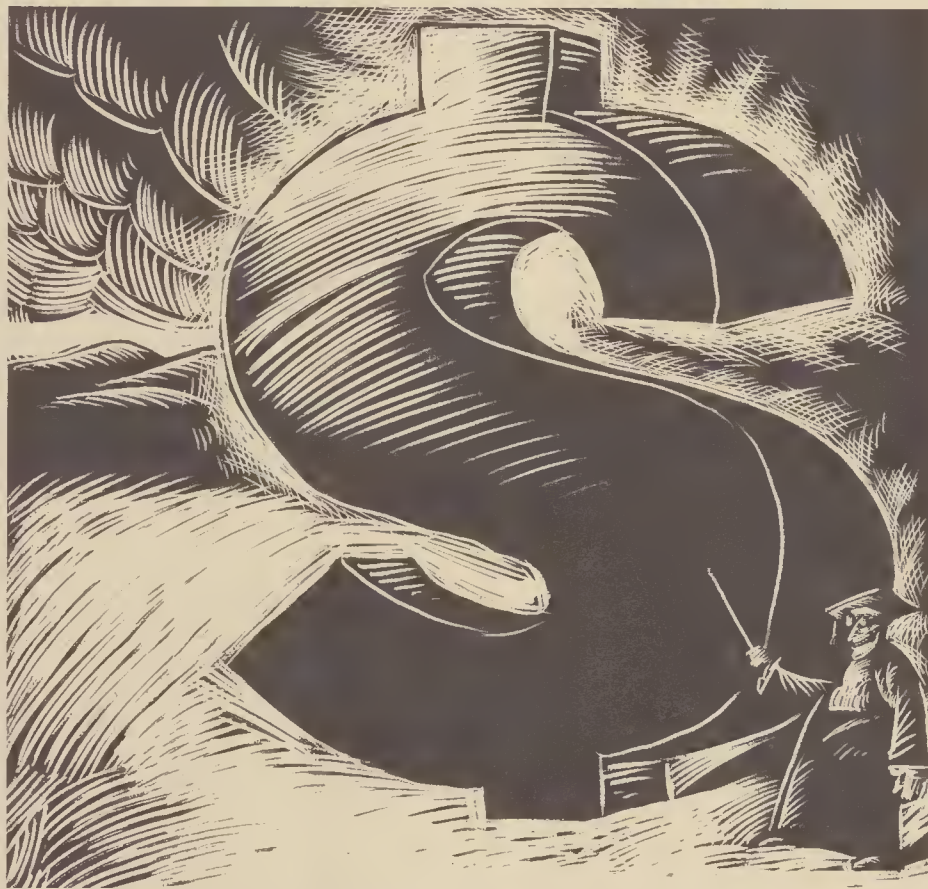
Só o Objetivo, que começou em 1965 preparando alunos para o vestibular, detém hoje 430 mil alunos, distribuídos por 44 escolas do grupo e mais 368 conveniadas. O Positivo, que também começou como pré-vestibular é o grupo que mais vende material didático no país. Tem 1.534 escolas conveniadas e faturou cerca de R\$ 240 milhões no ano passado.

Franquia educacional

O crescimento desses grupos vem ocorrendo via parcerias com escolas que funcionam como franquias, em que a matriz vende seu sistema de ensino, livros didáticos, sistema de informática e "software". Isso reduz custos para as escolas, já que são os pais dos alunos que adquirem o material didático.

Além disso, quando o colégio passa a integrar uma rede, seu corpo docente ganha treinamento grátis para usar o material e capacitar-se. O grupo paulista Pueri Domus, que tem 94 escolas conveniadas, ofereceu, nos últimos cinco anos, 399 cursos de capacitação e 28 de formação continuada para seus professores e para os 4,5 mil da rede conveniada.

Para o atendimento das redes de



escolas, os grupos têm editora, gráfica e, em alguns casos, até confecções. O Pueri Domus vai além: tem uma agenda de viagens para intercâmbio de adolescentes. O faturamento com essas parcerias, em alguns casos, supera o obtido com os serviços educacionais.

Já o ensino fundamental, de 91 a 97, cresceu apenas 1%, tendência detectada pelo censo escolar do MEC que apontava a migração para a rede pública em razão da crise econômica. Quanto ao ensino médio, as famílias optam pela escola particular, pensando no vestibular.

Faltam recursos

Na avaliação do presidente do Sindicato Nacional das Associações de Docentes (Andes), professor Renato de Oliveira, esse cenário "reforça a posição de que é necessário e urgente desenvolver mecanismos de controle público sobre a rede privada de ensino". O aumento desordenado do ensino privado, aproveitando a falência da política estatal, corre o risco de gerar um fenômeno semelhante ao que ocorreu com a assistência à saúde da população nos anos 70 e 80, quando a área privada de assistência médico hospitalar inviabilizou o desenvolvimento de políticas públicas pela capacidade de interferência direta nos mecanismos estatais responsáveis pela saúde pública. "O mesmo pode estar acontecendo na área educacional", observa o presidente da Andes.

Já o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), professor Rodolfo Pinto da Luz, lembra que os investimentos públicos são insuficientes para atender, com qualidade, a

grande demanda na área de ensino. "Temos que lutar para que os recursos públicos sejam ampliados". O professor lamenta que grande parte desses recursos se destinem ao pagamento das dívidas interna e externa, enquanto a demanda por educação se torna cada vez mais intensa e menos assistida pelo poder público.

Embora o poder público ainda responda por 85% de todo o ensino ministrado no país, entidades representativas do

setor, professores e alunos têm questionado sua qualidade e, principalmente, o pequeno volume de recursos a ele destinado.

Marcha pela educação

Enquanto o ensino privado cresce mais que o PIB, ao ensino público vem sendo destinada uma fatia cada vez menor do Orçamento da União. Diante desse quadro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a maior rede sindical do Brasil, lançou, em maio último, a Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

A iniciativa, que começou com atos na Rampa do Congresso Nacional e no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, em 19 de maio, se estenderá a todos os estados brasileiros culminando com uma grande manifestação no dia 6 de outubro, em Brasília.

As principais reivindicações do movimento são: elevar de 3% para 10% do PIB nacional os recursos destinados à educação em todos os níveis e modalidades, a erradicação do analfabetismo, a garantia de vagas para todos nas escolas públicas, a gestão democrática nas escolas públicas, a realização de novo censo escolar e a garantia de emprego para todos os trabalhadores.

Mais que isso, a marcha surgiu para desnudar ao país a realidade das escolas públicas: a falta de recursos para desenvolver uma educação de qualidade, as condições precárias de trabalho, os baixos salários, o fechamento das escolas técnicas e a crescente privatização da educação no Brasil, entre outros pontos.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA É RESPONSÁVEL POR 85,5% DO ENSINO NO BRASIL

Matrículas por nível de ensino no Brasil em 1999

Nível de ensino	Mat.Total	Rede Púb.	Rede Púb. %
Pré-escola	4.110.448	3.121.368	75,9%
Classes de Alfabetização	807.171	550.837	68,2%
Ensino Fund. 1º a 4ª série	21.377.130	19.562.110	91,5%
Ensino Fund. 5º a 8ª série	14.461.242	12.818.010	89,1%
Ensino Médio	6.967.905	5.740.611	82,4%
Educação Especial (1)	293.153	137.201	46,8%
Educação de Jovens e Adultos	2.881.231	2.516.690	87,3%
Ensino Superior (2)	2.085.120	818.606	39,3%
Soma de todos os níveis	52.983.400	45.325.433	85,5%

Fonte: Informantes ANDES/SN

Nota 1 - Número de alunos portadores de necessidades especiais que recebem atendimento especializado em escolas exclusivamente especializadas ou em classes especiais de escola regular, não inclui os portadores de necessidades especiais integrados ao ensino regular.

Nota 2 - Dados estimados para o ano de 1998.

DUPLA FACE

Deputados gaúchos comentam as repercussões políticas da CPI da Ford e os primeiros seis meses do governo de Olívio Dutra

Ronaldo Zulke / Líder do Governo na Assembléia Legislativa do RS

CPI de Antolhos

Marco Aurélio Couto



A Comissão Parlamentar de Inquérito do Pólo Automotivo, instalada na Assembléia Legislativa para apurar os motivos que levaram a Ford a abandonar o projeto *Amazon*, no Rio Grande do Sul, nasceu sob o signo do fracasso. Lançada por setores da oposição durante encontro em uma conhecida cachaaçaria de Porto Alegre, a CPI carece de seriedade, isenção e mesmo de um objeto claro de investigação.

Desnorteada depois da derrota nas urnas, a oposição foi tomada por uma espécie de direito infantil que a impede de ver o que esta cristalino para o País inteiro. Sem ter ainda assimilado o resultado das urnas, setores da oposição transformaram o Poder Legislativo em arena de ações rocambolescas, visando constranger e desgastar o novo governo. A CPI da Ford é apenas mais uma faceta desta política capitaneada por deputados que ocupavam postos-chaves no governo anterior. Pelo menos dois dos integrantes da Comissão - Cezar Bussatto e Berfran Rosado, ambos do PMDB - foram signatários de contratos firmados com a montadora de automóveis, fato que revela o grau de comprometimento do processo em curso na Assembléia, permitindo que prováveis investigados sejam os responsáveis pela investigação.

A falta de isenção transformou a Comissão em palco do grotesco. Detentora da maioria das cadeiras, a oposição orientou os trabalhos no sentido de evitar que o desequilíbrio do contrato e o escândalo dos anexos assinados pelo governo passado viessem à tona. Com o objetivo de comover a opinião pública, os oposicionistas trataram de garantir depoimentos passionais e sem conteúdo, criando um ambiente de histeria, comoção e pouco, muito pouco, esclarecimento.

Perdida em suas próprias contradições, a CPI do Pólo Automotivo foi suplantada pela realidade. Foram em vão os esforços dos ex-palacianos para evitar que as verdadeiras razões da saída da Ford do estado se tornassem de conhecimento público. A imprensa nacional se encarregou de fazer o que os parlamentares oposicionistas tentaram de todas as maneiras barrar: estabelecer a conexão entre a ação do governo federal e o rompimento do contrato por parte da montadora no Rio Grande do Sul.

Não há mais dúvidas: FHC teve influência direta e decisiva na transferência da Ford para a Bahia. O próprio presidente da multinacional no Brasil, Ivan Fonseca e Silva, declarou aos jornais que a empresa escolheu aquele estado atendendo apelo do presidente da República. A empresa começou a preparar a mudança dois meses antes da posse de Olívio Dutra, influenciada por sinais de ajuda de Brasília. A primeira prova disso foi a rapidez com que o BNDES admitiu financiar o projeto na Bahia que contempla, além da construção da fábrica da montadora, a instalação de quase duas dezenas de fábricas de autopeças. Numa clara demonstração de sujeição da política econômica a conveniências partidárias, o governo FHC colocou o banco a serviço da multinacional, concedendo um financiamento de R\$ 691 milhões - R\$ 140 milhões a mais do que seria dado, caso a montadora ficasse no Rio Grande do Sul.

A outra prova da influência de Brasília no episódio foi a rapidez ainda mais fantástica com que o Congresso aprovou a reabertura do prazo para as empresas aderirem ao Regime Automotivo Especial para o Nordeste, que havia caducado. Para permitir a votação da proposta antes do

recesso parlamentar, o relator inicialmente designado, senador Edison Lobão (PFL-MA), foi substituído pelo deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), homem de confiança do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães.

Tudo leva a crer que, quando a Ford abandonou a mesa de negociações em Porto Alegre exigindo, além do cumprimento integral do contrato, um repasse imediato de R\$ 100 milhões de reais, ela tinha outra carta na manga. Um curinga que, ao mesmo tempo em que garantiu vantagens fabulosas para a empresa, suscitou uma crise no seio do partido do presidente, arranhou a diplomacia internacional e desmascarou a CPI da Ford da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

A transferência da Ford para a Bahia mostra que as ameaças feitas a empresários gaúchos, no segundo turno das eleições, pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, não eram brincadeira, mas uma vingança anunciada que se materializaria nos termos revelados pelo ministro: a exclusão do Rio Grande do Sul da agenda da Presidência.

É difícil de acreditar que uma empresa, cujo faturamento é de U\$ 153 bilhões no mundo inteiro - o dobro do PIB do Rio Grande do Sul e 30% do PIB nacional - abandone um projeto em função de R\$ 98 milhões de reais. Dos R\$ 444 milhões de reais que o governo passado se comprometeu a repassar à empresa na forma de empréstimo e obras, o Governo Democrático e Popular ofereceu R\$ 346 milhões, chegando ao seu limite. Avançar mais significaria agravar a crise nas áreas sociais em favor de um projeto cujo retorno, em termos de geração de emprego e renda, é mais do que impreciso. É duvidoso.

Berfran Rosado / Deputado estadual do PMDB-RS

A Retórica dos 180 dias

Divulgação



Encerrado oficialmente no último dia seis de julho, com direito a uma entrevista coletiva que se arrastou por duas horas longas e tediosas, o primeiro semestre do governo Olívio Dutra termina marcado pela sustentação de um discurso fácil, padronizado, carregado de metáforas e construções lingüísticas, mas absolutamente sem nenhuma sustentação em termos de resultados práticos.

O tempo ainda é pouco, e talvez seja muito cedo para esse tipo de cobrança. Porém, diante da grandeza do projeto que fora apresentado ao povo gaúcho durante o período eleitoral, já era tempo de começarem a aparecer algumas das inúmeras realizações prometidas. Verdadeiras façanhas, se realizadas exatamente como descrito nos panfletos de campanha.

O pleito foi vencido, tendo sido a vontade popular expressa nas urnas. A diferença de votos foi mínima, mas suficiente. Veio então o atual governo. Outro projeto, velhas idéias e o surgimento de uma administração que abre várias frentes de polêmica, tentando impor até mesmo a saudação utilizada pelas telefonistas. Esse modo de atuar, dizendo todos sempre a mesma coisa, embora cada um a seu modo, às vezes pode dar a impressão de que as peças avulsas e

isoladas funcionam harmoniosamente, sincronizadas com o todo.

Houve, entretanto, dois episódios que contradizem essa tese, demonstrando que nem todas as coisas são do jeito que aparentam. Em ambos os casos, pode-se dizer que ocorreu uma espécie de falta de comunicação entre os poderes. Primeiro, aquela inesperada tentativa de arrocho salarial, quando o Executivo quis reduzir os vencimentos do funcionalismo mas foi pressionado e viu-se obrigado a recuar. Na oportunidade, pegou de surpresa até mesmo os deputados governistas. Depois, veio à tona aquela famosa pesquisa de opinião, contratada junto à Universidade Federal e tendo como principal objetivo avaliar o desempenho do governo, embora trouxesse algumas perguntas que diziam respeito, única e exclusivamente, à pessoa do governador.

Nesse caso, apenas depois de ter virado notícia é que a informação foi liberada, mesmo assim, em partes. Prova disso é que os deputados situacionistas tomaram conhecimento do resultado desse trabalho apenas no limite da hora, praticamente às portas das emissoras de rádio e tevê, quando foram convidados a explicar os números e motivos da pesquisa.

Transparência, no trato com a coisa pública, não pode ser um preceito válido apenas na hora dos discursos. Divulgar o que interessa, omitindo o que eventualmente pode ser prejudicial, é um exemplo de como o poder da retórica sobre-põe-se à realidade, conforme a necessidade que se apresenta. Dessa forma, é possível delegar a responsabilidade do erro cometido sem ter de fazer o "mea culpa" ou assumir incompetência.

Foi assim no caso da Ford. Primeiro, sustentou-se o discurso de que a empresa ficaria a qualquer custo, em função de seu real interesse mercadológico na localização geográfica do pólo automotivo. Mas faltou vontade política, por parte do governo, e a empresa resolveu instalar-se na Bahia, abandonando um projeto já em andamento e causando impacto imediato. Rio Grande, por exemplo, testemunhou a paralisação das atividades de movimentação portuária promovidas pela Ford. Além dos empregos descartados, o município também perdeu em arrecadação.

Foi, a bem da verdade, um golpe difícil de assimilar. Uma perda que ainda vai ser muito lamentada. Não apenas pela Metade Sul, mas por todos os gaúchos. É preciso, definitivamente, abandonar a retórica e retomar a realidade.

MOVIMENTO DOCENTE

Andes denuncia desacerto contábil

Sindicato pede explicações à ex-presidente sobre irregularidades na prestação de contas

Contas a acertar. Além das questões políticas, uma pendenga no quesito finanças tem acirrado os ânimos entre a atual diretoria da Andes e os responsáveis pela administração da entidade entre 1996 e 1998. A diretoria do sindicato cobra dos responsáveis pela gestão anterior uma explicação para um desacerto contábil que chega perto dos cem mil reais. A atual diretoria da Andes quer saber por que certos recursos foram passados de uma rubrica contábil para outra e por que o sindicato, dispondo dos valores, não repassou o que era devido à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

De acordo com o tesoureiro da Andes, professor Márcio Florentino Pereira, os recursos foram gastos em rubricas "de forma indevida". Esse é o velho problema que volta e meia afeta alguns sindicatos: arrecadar recursos previstos para uma rubrica e gastar em outra. É mais ou menos o que o governo federal faz quando tira recursos destinados à área social para cobrir rombos no sistema financeiro. No caso da Andes, recursos que deveriam ser repassados para a CUT foram parar em outras incertas rubricas contábeis. A atual diretoria da Andes, presidida pelo professor Renato de Oliveira - ex-presidente da Adufrgs-, foi informada pela CUT, há alguns meses, de que várias seções sindicais estavam com débito junto à Central. Verificada a contabilidade, descobriu-se que o débito realmente existia. Sob a tutela da gestão anterior, a Andes recebeu das associações de todo o país os valores para contribuição à CUT mas não efetuou os repasses à Central. Como a diretoria anterior não fez a transferência devida, o montante acumulado da dívida da Andes com a CUT chegou a R\$ 68.283,62.

O montante devido à CUT é nada des-

prezível para passar despercebido pela contabilidade de um sindicato. Pensando desta forma, a diretoria que assumiu no ano passado decidiu trocar de escritório de contabilidade e providenciou uma auditoria externa. Descobriu-se que outros números não fechavam. Existe uma conta pendente no caixa do sindicato de R\$ 3.328,74. Os diretores da gestão anterior não prestaram contas desses valores. E não é só. A atual diretoria da Andes questiona, ainda, o fato de a gestão anterior ter transferido R\$ 22.548,97 da conta da Comissão Nacional de Mobilização (CNM) para a conta da Andes e não ter devolvido o valor para a conta original.

Para o presidente da Andes, esses fatos configuram um caso de malversação das finanças do sindicato. "As associações de docentes fizeram o repasse para a CUT e a diretoria da Andes não realizou a transferência. Se apropriaram indevidamente de recursos que não eram para a Andes".

A reportagem do *Adverso* entrou em contato com a professora Maria Cristina de Moraes, presidente da Andes na gestão 96/98. Maria Cristina não quis fazer declaração a respeito e considerou "falta de ética" pronunciar-se publicamente antes de responder de forma oficial ao sindicato nacional. Ela argumenta que a instância competente do sindicato já aprovou a prestação de contas. A aprovação aconteceu por ocasião da realização do 36º Conad (encontro que reúne representantes de ADs de todo o país), realizado em junho de 1998, em Campina Grande. "Nós não temos nenhuma pendência com o sindicato nacional, que já aprovou nossa prestação de contas", defende-se Maria Cristina.

A atual diretoria da Andes não

concorda com o raciocínio e não quer assumir os débitos feitos pela gestão passada. "Quando assumimos a Andes, não fomos informados dessas pendências financeiras", diz Renato de Oliveira, "portanto, elas foram feitas pelos ex-diretores e não pelo sindicato". Para Renato, se não foram tornados públicos, os débitos não pertencem à entidade e, sim, à esfera privada dos ex-diretores da Andes.

Tratamento político
Constatada a dificuldade no fechamento contábil, a diretoria da Andes indicou a não-aprovação da prestação de contas apresentada pela gestão de Maria Cristina no 38º Conad, realizado em junho deste ano, no Rio de Janeiro. A diretoria entendeu que a gestão anterior se limitou a apresentar "um mero balancete, sem assinatura e sem os respectivos comprovantes" no qual havia "erros grosseiros de aritmética". Segundo Márcio Pereira, a votação da prestação de contas da diretoria anterior foi tratada como "uma mera questão política". Como os partidários de Maria Cristina "tinham maioria na sessão de votação", assinala Márcio, votaram contra a indicação da atual diretoria e protelaram até o próximo Conad o prazo para a "conciliação" contábil.

Em conformidade com o que foi decidido no dia 22 de julho, a Andes enviou um "Pedido de Esclarecimentos", solicitando informações sobre as pendências no balancete. No documento, a Andes notifica Maria Cristina a justificar, no prazo de 30 dias, os três pontos em aberto: "a abstenção do repasse à CUT e a efetiva destinação de tais recursos", as "circunstâncias do empréstimo junto ao caixa da Comissão Nacional de Mobilização" e as "pendências de débitos de ex-diretores e associados".

SERVIDORES

Funcionalismo terá Conselho de Ética

O que pode e o que não pode fazer um funcionário do governo? Quais são os limites do servidor público? O que se pode fazer para evitar conflitos de interesses entre o público e o privado? Como combater a corrupção? A partir das revelações dos grampos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a divulgação das viagens de ministros a Fernando de Noronha, essas questões voltaram à ordem do dia.

"Entre o que é claramente legal e o que é claramente ilegal há uma enorme zona cinzenta", diz o advogado João Geraldo Piquet Carneiro para a reportagem da revista *Exame*. Sob o título "Mãos limpas", a revista coloca em pauta o problema da corrupção e os desvios éticos de funcionários do governo. "Essa questão está mais presente do que nunca", diz a *Exame*.

A novidade é que o governo FHC criou recentemente o Conselho de Ética que deverá elaborar um código de conduta para a alta burocracia federal. "A idéia é ter regras claras para que os funcionários de alto escalão saibam o que podem e o que não podem fazer no cargo", assinala *Exame*. Na versão inicial desse código, o Brasil deverá adotar o "blind trust", ou confiança cega. Uma pessoa convidada a participar do governo deverá repassar seu patrimônio para que um banco o administre em seu lugar. Essa pessoa não poderá ter qualquer contato com o banco, ficando sem saber onde o dinheiro foi aplicado. Essa é uma medida adotada em vários países para se evitar conflito de interesses. O presidente do banco central norte-americano, Alan Greenspan, adotou o "blin trust" quando assumiu o cargo. Outra novidade é a recomendação do Conselho de que encontros do governo com pessoas do setor privado sejam feitos em hora marcada e com pauta definida. O Conselho deverá auxiliar, ainda, em dúvidas que irão surgir. Por exemplo, um ministro deve ou não usar aviões oficiais e em que ocasiões?

A única ressalva feita ao Conselho de Ética é que ele não terá poderes para punir eventuais irregularidades. Fará apenas recomendações ao presidente sobre possíveis punições. Nos Estados Unidos, o Escritório de Ética, responsável pela fiscalização de todos os funcionários públicos federais, tem poder para punir qualquer funcionário. "Uma ação anti-ética pode significar suspensão, multa ou demissão", registra *Exame*. Nos EUA, o Escritório de Ética "tem dentes", enquanto no Brasil o Conselho de Ética "nasce desdentado", compara David Fleischer, representante brasileiro da Transparência Internacional, entidade que publica anualmente uma listagem internacional da corrupção. Na lista, o Brasil ocupa o 46º lugar num total de 86 países.

(Fonte: www.acesocom.com.br)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		CNPJ Nº 90.757.204/0001-64
BALANCETE DO MÊS DE JUNHO DE 1999.		
RUBRICAS / MESES	JUN	
ATIVO	1.035.435,93	
FINANCEIRO	805.729,52	
DISPONÍVEL	794.235,33	
CAIXA	1.208,28	
BANCOS	726.464,51	
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	66.562,54	
REALIZÁVEL	11.494,19	
CRÉDITOS A REALIZAR	11.494,19	
DEVEDORES	6.222,35	
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	3.231,67	
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	2.040,17	
ATIVO PERMANENTE	229.706,41	
IMOBILIZADO	229.706,41	
BENS MÓVEIS	116.674,53	
BENS IMÓVEIS	158.523,19	
(-)-DEPRECIACÕES ACUMULADAS	45.491,31	
PASSIVO	1.025.730,65	
PASSIVO FINANCEIRO	25.779,25	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	4.321,22	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	842,62	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	3.478,60	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	21.458,03	
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	21.458,03	
SALDO PATRIMONIAL	999.951,40	
ATIVO LÍQUIDO REAL	616.733,25	
SUPERAVIT ACUMULADO	383.218,15	
Porto Alegre, 10 de julho de 1999.		
Prof. Carlos Schmidt Presidente	Prof. Edson Lindner Tesoureiro	Nino H. Ferreira da Silva Contador – CRC-RS 14.418

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - JUNHO DE 1999		
RUBRICAS / MESES	JUNHO	ACUMULADO
RECEITAS	76.598,43	433.627,39
RECEITAS CORRENTES	70.064,67	373.982,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	64.503,74	352.054,40
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	5.560,93	21.927,54
RECEITA C/ VENDA DE MATERIAIS		1,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	5.832,20	55.257,78
RECEITAS FINANCEIRAS	5.300,20	52.125,78
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	532,00	3.132,00
OUTRAS RECEITAS	701,56	4.386,67
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	701,56	4.386,67
DESPESAS	74.114,00	423.922,11
DESPESAS CORRENTES	74.114,00	423.922,11
DESPESAS COM CUSTEIO	37.195,56	149.292,06
DESPESAS COM PESSOAL	8.303,69	72.350,12
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.346,36	31.384,29
DESPESAS DE EXPEDIENTE	1.565,00	11.203,79
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	1.257,76	12.037,56
DESPESAS LEGAIS		
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	910,51	3.382,98
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	442,50	869,80
ENCARGOS FINANCEIROS	8,50	202,28
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	17.861,24	17.861,24
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	31.092,94	204.428,05
DESPESAS COM PESSOAL	8.335,47	63.637,64
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	414,73	2.517,33
DESPESAS COM VIAGENS	9.203,08	43.907,44
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	3.854,43	8.316,91
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	3.000,00	22.200,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	6.285,23	58.379,73
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		5.469,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.825,50	70.202,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	2.626,50	52.744,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.199,00	17.458,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	2.484,43	9.705,28
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	9.705,28	9.705,28

RAIO X DA UFRGS

A Universidade vista por dentro

Vista por fora, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) é considerada a terceira maior instituição federal de ensino superior do país. Tem 25.441 mil alunos, 2.269 professores, 2.970 técnicos-administrativos, 59 cursos, 94 departamentos, 45 laboratórios de ensino e pesquisadores reconhecidos internacionalmente, além de um patrimônio de R\$ 500 milhões que inclui mais de 300 prédios com 360 mil metros quadrados de área construída em 2,28 mil hectares. Vista por dentro, a Ufrgs sofre de um mal crônico: o abandono. Acentuada pela escassez de recursos, a pouca preocupação com a saúde e segurança dos servidores e com a conservação e recuperação do seu patrimônio físico tornou a universidade pública mais importante do sul do país uma fonte inesgotável de tragédias anunciadas.

James Görgen

Basta olhar com cuidado. Em cada unidade da universidade, existe uma grande quantidade de riscos iminentes e um número ainda maior de vidas em jogo. Instalações elétricas fora dos padrões exigidos, rachaduras suspeitas, infiltrações, goteiras, vazamentos de gás, manuseio de resíduos químicos, estruturas comprometidas, ambientes mal ventilados, pouca iluminação e cozinhas improvisadas. Tudo está por fazer. Quase tudo é prioridade. Esperando recursos do governo federal ao mesmo tempo em que busca outras fontes de financiamento, a Reitoria da Ufrgs está ciente das urgências. Em reunião recente com dirigentes da Associação de Docentes da Ufrgs (Adufrgs), a reitora Wrana Panizzi afirmou que sabe tudo o que precisa ser feito. Só não pode resolver o que não chega a seus ouvidos. Entretanto, foi preciso que parte da platibanda do prédio da Faculdade de Arquitetura desabasse, virando manchete de jornal, para que providências emergenciais começassem a ser tomadas no âmbito da administração. Neste caso específico, a queda da estrutura fez com que a Reitoria liberasse rapidamente recursos também para que a unidade trocasse esquadrias metálicas condenadas por um relatório elaborado quatro anos antes pela própria administração central (matéria na página 8).

Ocorrido em junho, o acidente na Arquitetura é apenas um dos exemplos que evidenciou uma corrente de omissões de difícil detecção. Os diretores de algumas unidades da Ufrgs garantem que comunicam todos seus problemas urgentes aos órgãos competentes e que os processos ficam trancados nas gavetas da Reitoria. Por sua vez, a administração central assegura que sem

dinheiro pode fazer muito pouco e que, mesmo assim, alguns problemas não são comunicados. "Cabe à figura do gestor da unidade providenciar para que as questões sejam resolvidas", afirma a Pró-Reitora de Recursos Humanos, Maria Beatriz Galarraga. "Se esbarra sempre na questão do recurso e na morosidade do processo", contrapõe o diretor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Ricardo Schneiders, que insistiu, por dois anos, até que a platibanda do seu prédio fosse recuperada. Segundo ele, o problema só foi sanado depois que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre deu um ultimato de 72 horas à Reitoria antes de interditar a unidade.

Falta de recursos

Todo mundo compreende que a falta de recursos é uma das grandes vilãs do abandono da Ufrgs. Segundo o prefeito universitário, Pedro Almeida, o orçamento da universidade – descontadas as despesas compulsórias (água, luz e telefone) – reserva atualmente apenas R\$ 25 mil mensais (50% do valor destinado na gestão anterior) para a manutenção e aquisição de materiais de consumo. A cada 20 dias, somente a compra de rolos de papel higiênico para o Campus do Vale custa R\$ 2 mil para os cofres da Ufrgs.

Não sobra muita alternativa. "Fazemos manutenção para apagar incêndio", diz Almeida. "Quando ocorre uma emergência temos que cavar onde for possível", emenda o coordenador da Superintendência de Espaço Físico (Supef), Christoph Bernasiuk. Tecnicamente, a conservação de um prédio exige que sejam aplicados anualmente 10% de seu valor na manutenção. Recente-

mente, somente uma tomada de preços feita para compra de material elétrico foi orçada em R\$ 120 mil, o que comprometeria quase cinco meses do orçamento da manutenção.

Em agosto do ano passado, a Ufrgs necessitava de R\$ 63,6 milhões para investir na construção de prédios novos, recuperação do patrimônio histórico, reforma predial e conclusão de obras inacabadas (matéria na página 7). Pelos cálculos de Bernasiuk, um ano depois esta conta foi reduzida em 10%, principalmente pela conclusão do prédio da Faculdade de Medicina.

Falta de comunicação

Além da redução de recursos, existem outros motivos para que as necessidades da universidade sejam atendidas de forma lenta. A Coordenadoria de Segurança do Trabalho (CST), órgão responsável pela vistoria técnica das condições da Ufrgs, elabora relatórios onde faz recomendações sobre ameaças à saúde das 30 mil pessoas que circulam pelos quatro campi diariamente. Na maioria das vezes, os quatro técnicos e três engenheiros especializados em segurança no trabalho também apontam problemas no patrimônio da universidade. Esses laudos são encaminhados ao gestor da unidade para que seja tomada alguma providência. "Não está no nosso poder implementar soluções, mas esclarecer como fazer", justifica o coordenador da CST, Gerson Rocha.

Justamente neste ponto é que a identificação das responsabilidades desaparece. Na maioria dos casos, os diretores de unidades afirmam que repassam suas necessidades aos órgãos indicados e tudo pára por lá. A

Reitoria, por sua vez, argumenta que as prioridades não são comunicadas. "É muito fácil dizer que a burocracia atrapalha", desabafa a pró-reitora de Recursos Humanos. "Não temos a ingerência de dizer o que deve ser feito primeiro. O que posso dizer é que a Reitoria toma as ações de sua responsabilidade", completa Galarraga. No caso do patrimônio físico, a CST identifica riscos visíveis que caberiam à Prefeitura Universitária resolver, uma vez que os diretores de unidade não possuem orçamento para construção. "Quando a CST detecta o problema chega até nós", garante o prefeito universitário, sem citar o tempo que se leva para resolver algum problema.

Falta de cultura

Como tudo é prioritário, nada é urgente e a situação vai sendo protelada. O descaso da comunidade também colabora. Criadas pela reitora por meio de portaria, em maio de 1997, as Comissões de Saúde e Ambiente de Trabalho (Cosats) são uma prova viva da falta de cultura a respeito das condições de trabalho que impera na instituição. Até hoje, apenas oito das 29 unidades da Ufrgs formaram suas Cosats. "A responsabilidade pela segurança no trabalho dentro de uma órgão é de todos", lembra a pró-reitora. "Na saúde do trabalhador é que se percebe que o conhecimento gerado pela Ufrgs não está sendo repassado", entende a representante da Adufrgs na Comissão de Implantação das Cosats, Marilene Schmarczek, para quem a resistência é natural uma vez que a mudança deverá ser coletiva. "Não podemos só ficar buscando os riscos, mas criar a cultura de ambiente pelo e com o próprio trabalhador", observa.

Supef tem 20 mil m² de projetos esperando a liberação de recursos

Projetos existem para recuperar o patrimônio físico da Ufrgs. O que falta é dinheiro ou vontade política por parte do governo federal. Nas gavetas da Superintendência de Espaço Físico (Supef), cerca de 20 mil metros quadrados de obras estão esperando orçamento para serem iniciadas. São unidades novas que precisam ser construídas, recuperação de prédios históricos, reforma de instalações elétricas e hidráulicas, novos laboratórios para abrigar equipamentos importados. Coisa para quase uma centena de milhões de reais. Em agosto do ano passado, a universidade precisava de R\$ 63,6 milhões para executar os projetos de recuperação do seu espaço físico. Somente R\$ 26,6 milhões eram destinados para construção de prédio novos, enquanto outros R\$ 28 milhões seriam necessários para a recuperação dos prédios históricos. A ironia maior é que para certos projetos os recursos foram aprovados mas estão presos no imenso fosso que separa as instituições públicas financeiras da caixa da universidade.

Esse é o caso dos R\$ 7,96 milhões aprovados pelo Ministério da Educação e pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos fazem parte do Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, uma linha de crédito de R\$ 500 milhões aberta pelo banco no primeiro semestre de 1997. Pré-aprovado na metade do ano passado, o projeto da Ufrgs - no total de R\$ 11,37 milhões - parou quando a imprensa divulgou a primeira série de gravações do escândalo que ficou conhecido como "Grampo no BNDES". Somente para a conclusão de prédios inacabados, a universidade precisaria dos R\$ 8 milhões que estão para chegar do BNDES. Outro R\$ 1 milhão seria exclusivo para a recuperação predial.

Mesmo assim, o dinheiro seria mais do que bem-vindo para colocar em

marcha um projeto previsto no Plano Diretor da Universidade: a centralização de unidades em campi divididos por áreas de saber. Em 1958, quando a Ufrgs iniciou a construção do Campus do Vale, a administração tinha a intenção de colocar todas as engenharias reunidas nos 558,25 hectares do terreno localizado no bairro da Agronomia. Até 1997, apenas 25 hectares haviam sido ocupados por cursos que variam entre Ciências Sociais e Química. A maior parte das engenharias continua funcionando nos depauperados prédios do Campus Central, onde existem dois mil metros quadrados de área esperando reforma para poderem ser utilizados como sala de aula.

Além da transferência das engenharias, a chamada "Operação Mudança" inclui a realocação das dependências de outras três unidades, além da Biblioteca Central. O Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) ganharia um prédio novo no Campus da Saúde, dando lugar para o Instituto de Artes ocupar os nove mil metros quadrados do prédio histórico construído no início do século. Outra alteração seria a Faculdade de Engenharia Mecânica prevista para operar no Campus do Vale. No prédio do antigo

Instituto Parobé (em frente à Rádio da Universidade), será instalada a Biblioteca Central, que também deverá ser totalmente informatizada. A Escola de Administração ganharia prédio próprio com a recuperação do ex-Instituto de Química (obra orçada em R\$ 2,5 milhões).

Só para estas realocações, a Ufrgs precisaria de cerca de R\$ 9 milhões. Não podendo contar apenas com os recursos do programa do BNDES, a Supef resolveu abrir outras frentes para levantar recursos e aglutinar o dinheiro com a verba a ser liberada pelo banco. Na última semana de julho, a Supef lançou uma campanha para captar recursos com doações e restaurar os prédios históricos. O projeto foi enquadrado dentro do Programa Nacional de Apoio à Cultura e será beneficiado pela Lei Rouanet (8.313/91). Desta forma, parte do dinheiro doado por pessoas físicas e jurídicas poderá ser abatido do valor devido ao imposto de renda. As doações poderão ser feitas a partir de setembro com depósitos diretos na conta bancária da universidade. Somente quando arrecadar 20% do total de R\$ 15 milhões previstos para o projeto, a Ufrgs poderá iniciar a execução das reformas dos 13 prédios históricos. (Segue)

Necessidade de recursos



Fonte: Supef/1998

RAIO X DA UFRGS

Laudo fica engavetado por quatro anos

Na Faculdade de Arquitetura, queda da platibanda acelerou o processo de troca de esquadrias condenadas

Se acidentes podem ter algum saldo positivo, a Faculdade de Arquitetura vem experimentando seus louros no último mês. Desde 29 de junho, quando parte da platibanda frontal do prédio foi derrubada por ventos de mais de 100 quilômetros por hora, a instituição virou manchete de jornal e prioridade de investimentos dentro da Ufrgs. Na semana seguinte ao sinistro, a Superintendência de Espaço Físico solicitou orçamentos e encaminhou as obras de reconstrução da peça de alvenaria - trabalho que deve se estender por, pelo menos, 60 dias, a contar do início de julho. Na carona da platibanda, o diretor da faculdade, Elvan Silva, aproveitou para se livrar de outra pedra em seu sapato: a substituição de esquadrias metálicas do andar térreo, cujos painéis de vidro correm o risco de estourar e provocar um acidente de gravidade semelhante ao anterior.

Conhecida desde 1995, a avaria que atinge as esquadrias metálicas de ferro galvanizado instaladas na sala da Maquetaria e no mezzanino da Biblioteca (fachada voltada para a avenida Osvaldo Aranha) só agora está sendo resolvida. Não por falta de avisos. Em 29 de maio de 1995, tanto o prefeito universitário quanto o diretor da Faculdade de Arquitetura (na época, Saint Clair Nickelle) receberam uma cópia do relatório de riscos ambientais elaborado pela Coordenadoria dos Serviços de Higiene e Segurança do Trabalho (CSHST). Entre as diversas medidas de prevenção de acidentes e sinistros sugeridas, a principal tratava das esquadrias. O documento recomendava: "Todas as esquadrias metálicas do prédio deverão passar por um processo de revisão e reforma".

Sobre as estruturas que cobrem a fachada da Osvaldo Aranha, o relatório já alertava que se tratava da "situação mais grave verificada" pois os elementos estavam avariados e "em péssimo estado de conservação, com risco de ruptura total e queda". Ao propor medidas corretivas, a CSHST foi enfática: "Interdição imediata de acesso de pessoas nas imediações destas esquadrias, tanto interna como externamente. Internamente, as salas deverão ser trancadas. Externamente, deverá ser construído um tapume". Os técnicos temiam que a tensão existente nos painéis de vidro pudessem causar

"ruptura violenta nos mesmos".

Mais de quatro anos depois, nenhuma das recomendações foi seguida. Visitada na última semana de julho, a sala da Maquetaria estava sendo ocupada por cerca de 10 alunos que concluíam trabalhos de aula. No local onde a CSHST sugeriu que as salas fossem fechadas, apenas uma faixa e uma mesa colocada a cerca de três metros das esquadrias separavam os estudantes do risco iminente. Cinco dias depois, tapumes de compensado foram erguidos a alguns metros da mesa.

Segundo o diretor da faculdade, a reitora Wrana Panizzi e o superintendente de Espaço Físico, Christoph Bernasiuk, informaram no início do segundo semestre - depois do acidente com a platibanda - que a colocação de novas esquadrias era um assunto que já havia sido pautado. "Faltavam apenas as condições orçamentárias para que o trabalho pudesse ser realizado", lembra o diretor. No final de julho, a verba foi liberada e as obras começaram pelos tapumes. Mesmo assim, a sala e a biblioteca não foram trancadas, conforme recomendava o relatório da CSHST. Silva não sabe explicar por que nenhuma precaução foi tomada antes de sua gestão e garante que, ao assumir, tratou de comunicar o problema à Supef. "A interdição parcial foi feita depois da queda da platibanda, que criou um clima de preocupação", admite o diretor.

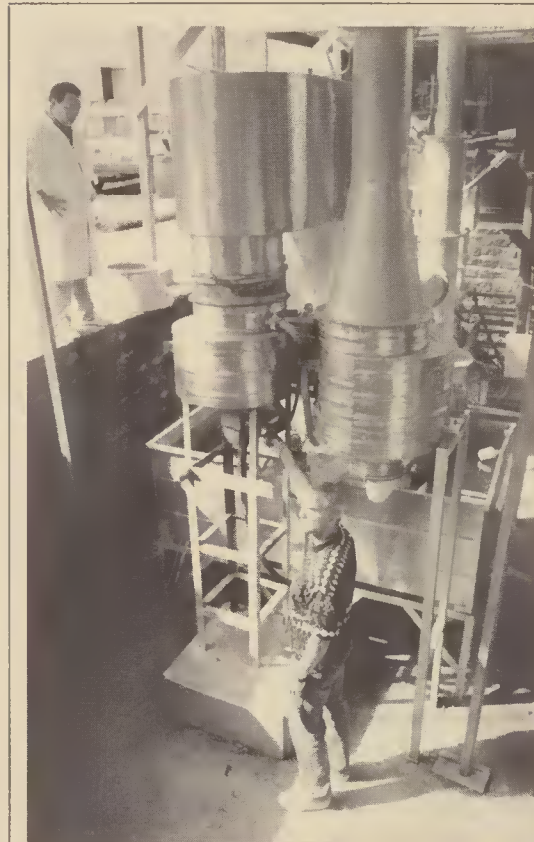
De acordo com o Prefeito Universitário, Pedro Almeida, a administração atual não tomou conhecimento do problema das esquadrias porque "alguém segurou este processo". Ele garante que quatro dias depois do acidente no telhado, a Supef já havia colocado uma licitação na rua para recuperar a estrutura que desabou. Segundo Bersaniuk, a Reitoria reservou R\$ 160 mil para cobrir as despesas com as obras da platibanda, das esquadrias e com a pintura dos ambientes recuperados depois do acidente.

Por trás de problemas que estão desabando no final do século, podem existir mais do que a possível omissão dos dirigentes atuais. O prédio da Faculdade de Arquitetura não foi projetado para conviver com a Porto Alegre do final dos anos 90. Foi concluído às pressas, em 1957, para que o presidente Juscelino Kubitschek



Perigo: até julho, alunos conviviam com o risco de vidros se romperem na sala da Maquetaria

pudesse inaugurá-lo. Deveria ter de 8 a 10 andares. Ficou em cinco pavimentos devido a uma contenda com a Prefeitura Municipal, que desejava atravessar uma avenida perimetral pelo quarteirão e poderia pensar em demoli-lo. Previsto para abrigar uma população de 250 alunos, convive hoje com 750 matrículas, apenas da graduação. Somando a professores, funcionários técnico-administrativos e alunos do pós, a população que circula nos cinco andares do prédio da Sarmiento Leite chega a 900 pessoas. "Não existe perigo, mas desconforto", garante o diretor. Com um único elevador, nos horários de pico alunos e servidores precisam ter paciência para subir ou descer. "Um elevador novo ou a simples modernização do que já existe é inviável pelo nosso orçamento", diz Silva, que calcula gastar, pelo menos, R\$ 20 mil com a reforma do elevador existente.



Novidade: incinerador próprio será usado para diminuir os acúmulos de resíduos no Instituto

Química tenta reduzir riscos

A falta de recursos humanos também cria situações de risco dentro da universidade. Com condições de periculosidade e insalubridade inerentes à natureza do curso, o Instituto de Química vem sendo obrigado a expor alunos, professores e funcionários à insegurança pela simples inexistência de pessoal para desempenhar determinadas atividades. Para atender a 27 cursos da universidade que utilizam seus 22 laboratórios, o Instituto possui apenas nove técnicos para preparar aulas práticas que envolvem 220 alunos por dia. São milhares de litros de substâncias que precisam ser manuseadas e transportadas com extrema precisão para não causar explosões ou intoxicações. Segundo o diretor da Química, Dimitrios Samios, para evitar este tipo de acidente as funções dos técnicos são supridas pelos 80 professores.

Em 1988, ameaças desse calibre levaram o Instituto a criar a Comissão

Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). Com o fim desta instância, em 1997, o sistema de prevenção continuou como o Grupo de Emergência. "Pelo menos 90% das pessoas que trabalham na Química sabem o que fazer em caso de incêndio", garante o diretor.

Mesmo assim, é impossível impedir acidentes como os que em maio deste ano levaram uma funcionária, que trabalhava na recuperação de resíduos de prata, a perder o olfato. "Se ela não estivesse usando os óculos de proteção, teria ficado cega", lembra Luiz Fernando Reis, um dos coordenadores do Grupo de Emergência. Em dezembro de 1998, o forte calor provocou a combustão de solventes armazenados no almoxarifado, que fica na parte central do Instituto. O responsável-técnico pelo almoxarifado, Edison Schwarz, afirma que se não houvesse o plano de emergência as consequências teriam sido graves porque, a cada semestre, 3,7 mil pessoas se matriculam nas

aulas da Química.

O inesperado destas ocorrências fez nascer no Instituto a atenção especial com o armazenamento de substâncias. No final de 1989, uma polêmica foi criada em Porto Alegre, depois de ter sido divulgado que o depósito da Química armazenava sete toneladas de resíduos. Os rejeitos ocupavam quase um prédio inteiro da unidade. O caso só teve um desfecho em 1995, quando a maior parte do lixo químico foi retirado do Campus do Vale por uma indústria química. "Quem trabalha com química é obrigado saber manusear e descartar os resíduos", diz Reis.

De lá para cá, todo resíduo utilizado passa por um processo de reciclagem. O que não é reaproveitado tem um destino que observa procedimentos rigorosos de tratamento ambiental. Neste ano, a Química ganhou seu próprio incinerador, doado por uma empresa gaúcha. Com capacidade para queimar 50 litros de rejeitos por hora, o equipamento terá até ociosidade para a produção de resíduos do Instituto, que está em 40 litros por semana.

RAIO X DA UFRGS

Falta de estrutura compromete a saúde dos funcionários na Veterinária

Entrar em uma das salas do Laboratório de Patologia da Faculdade de Veterinária é uma tarefa inglória. Nos primeiros minutos, o visitante experimenta forte ardência nos olhos e coceira no nariz. Com mais tempo no ambiente, o incômodo pode se transformar em dor de cabeça e falta de ar. Tudo isso é causado pelo ambiente onde gravitam as substâncias de um solvente orgânico cancerígeno conhecido como Xilol. A laboratorista Ângela Belmonte convive há 22 anos com a volatilidade desta substância usada para preparar lâminas de vidro usadas nas aulas práticas. "Tem dias que não se suporta este cheiro", desabafa. De 12 anos para cá, Ângela desenvolveu asma e as crises a levam de três a quatro vezes por ano ao hospital. Antes de trabalhar no laboratório, ela não se lembra de ter ficado de cama por causa de uma doença respiratória.

O ambiente onde Ângela está confinada por oito horas, cinco dias por semana, não possui uma capela — equipamento parecido com uma estufa, indicado para isolar a volatilidade do Xilol em um ambiente pequeno. A sala onde a laboratorista trabalha ao lado de sua cunhada, Marília Belmonte, não possui sequer um exaustor que amenizaria os efeitos do solvente. "Fazer o quê, a gente trabalha aqui", conforma-se Ângela. Ironicamente, a insalubridade que as duas funcionárias da Veterinária recebem não chega a R\$ 50. No mercado, uma bomba para tratamento de crises de asma custa em



Veneno: Ângela tem crises de asma por inalar solvente cancerígeno oito horas por dia

torno de R\$ 20.

Este é apenas um dos casos de falta de estrutura que assolam a Faculdade de Veterinária. No Laboratório de Clínica Veterinária, há mais de uma década reagentes com validade vencida estão misturados com substâncias ainda em uso. Tudo distribuído em armários de madeira infestados de cupim, colocados em um corredor que dá acesso às bancadas de aula. Algumas prateleiras atacadas pelos insetos estão soltas e podem cair a qualquer momento. Se houver uma mistura de reagentes ninguém sabe precisar as consequências. "Há um ano e meio estamos pedindo para que o Instituto de Química recolha estes frascos porque nós

não temos como transportar e dispor dos resíduos", reclama o coordenador do laboratório, o bioquímico Félix Gonzalez. O setor convive também com infiltrações no laboratório de pesquisa e cozinhas improvisadas ao lado da pia usada para lavagem de material químico. "Estamos empurrando com a barriga", afirma o professor.

Em outro prédio, um problema muito mais prosaico coloca em risco a saúde do auxiliar de necropsia Jorge Corso. Responsável pelo manuseio dos cadáveres de animais que são estudados no Laboratório de Anatomia Comparada, o funcionário tem apenas uma luva cirúrgica por mês para colocar a mão nas cubas com

formol onde ficam depositadas as carcaças. "Eu pedi um par de luvas de material mais grosso porque as comuns não dariam para um dia de trabalho", explica o funcionário, que recebe R\$ 20 de insalubridade. No crematório, mantido em parte pelo orçamento do Hospital Veterinário, apenas um dos dois fornos funciona em condições precárias. Segundo o professor David Driemeier, as instalações podem queimar os cadáveres de dez cães por dia. "Quando existe uma carcaça de um boi, que leva um dia para queimar, nossa capacidade cai pela metade", diz Driemeier. Com o outro forno funcionando, seria possível cremar o dobro do que é feito atualmente.

Investimentos, no entanto, não estão no horizonte da Veterinária. Desde 1975, não se constrói um prédio novo na unidade. Em termos de recuperação de infraestrutura, a última obra foi a reforma dos telhados do Hospital Veterinário há quatro anos. Com 25 anos de existência, até hoje o Laboratório de Inseminação funciona em um galpão de madeira. "Projetos existem, mas não temos recursos para este tipo de investimento", garante o secretário da faculdade, David Ribeiro. Segundo ele, o orçamento da Veterinária para manutenção e custeios é de R\$ 8,2 mil mensais (70% para manutenção e 30% para rações, combustível e material de consumo). "Nossa necessidade deveria ser o triplo disso, principalmente para investimento em prédios novos", diz o secretário.



Nova batalha: depois do problema no telhado, Schneiders enfrenta as goteiras

Platibanda da Fabico só foi reformada após dois anos

Previsão do tempo é um fator relevante no trabalho do diretor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), Ricardo Schneiders. Se a meteorologia informa que vai chover, é preciso recolher com antecedência materiais que estejam próximo ao canto de sua sala no quinto andar. Uma goteira faz companhia à rotina diária do professor. O barulho intermitente dos pingos dificulta a concentração e torna a sala mais úmida e exposta ao mofo. Nada incomum na rotina de descasos da Ufrgs, não fosse a cobertura do telhado do prédio ter sido totalmente reformada no início de 1997. Conviver com incômodos deste tipo, não é a maior dificuldade de Schneiders. Problema mesmo acontece quando algum defeito estrutural atinge o prédio, que tem mais de 30 anos. Há cerca de cinco meses, a Fabico venceu uma batalha de três anos que quase levou a unidade a ser interdita. O risco poderia antecipar o acidente ocorrido em junho com a Faculdade de Arquitetura.

Em 1996, a direção da Fabico informou à Superintendência de Espaço Físico (Supef) que a platibanda do prédio precisava passar por uma vistoria porque apresentava sinais de má conservação. Durante o ano seguinte, com a posse de Schneiders, a cobrança continuou. Nada foi feito. Em maio de 98, período de muita chuva que coincidiu com a greve, a rachadura que se concentrava no canto da platibanda se alastrou pelo resto da estrutura. Pastilhas cerâmicas começaram a se descolar e cair próximas à entrada do prédio. Novo comunicado, nova demora na resposta. Somente em outubro, quando a queda das pastilhas aumentou, a Prefeitura Universitária resolveu isolar a entrada principal da unidade. Cerca de um mês depois, a Pró-Reitoria de Planejamento autorizou a liberação de uma verba para a recuperação da platibanda. Como o ano estava no final e os recursos ficaram indisponíveis, as obras foram adiadas.

A Fabico entrou 1999 com uma notifi-

cação da Delegacia Regional do Trabalho. Schneiders garante que ela foi repassada para a Reitoria, mas nada foi providenciado. No mês seguinte, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre multou a Ufrgs em aproximadamente R\$ 800. Desta vez, a notificação foi acompanhada de um ultimato: a universidade tinha 72 horas para tomar providências ou o prédio seria interditado. "Com esta ameaça, a Prefeitura Universitária iniciou a obra", lembra o diretor.

Depois da platibanda, a faculdade está envolvida agora com a recuperação das instalações elétricas do prédio, que ainda remontam à década de 60. Com a informatização da unidade, a demanda por energia aumentou muito. "Estamos fora das normas técnicas exigidas pela CEEE", alerta Schneiders. Neste caso, a solução parece estar a caminho. O edital nº 01/99, que liberou recursos do Fundo da Universidade dentro da Fundação de Apoio à Ufrgs (Faufrgs) para várias unidades, deverá servir para financiar esta nova fase da recuperação do prédio da Fabico. Até que surja a próxima demanda. "Uma das funções do diretor é ser síndico de sua unidade. Se os recursos não são suficientes, a gente faz ser", resume o diretor.

Félix H. D. González / Lab. de Bioquímica do Departamento de Clínica Veterinária - Ufrgs

O paradoxo latino-americano

A ditadura chilena produziu 3.000 mortos. A democracia colombiana 30.000 mortos por ano

A Colômbia ostenta o título da mais antiga democracia do subcontinente sul-americano. Paradoxalmente, também tem a marca de país mais violento do mundo com uma média de 77 assassinatos para cada 100 mil habitantes, sendo a maioria deles crimes políticos. Guerrilha, grupos paramilitares de direita, exército e polícia travam combates cruentos nos campos colombianos há mais de 35 anos. A violência tornou-se mais aguda nos últimos 5 anos.

O estado colombiano vem levando uma estratégia pouco adequada para enfrentar a subversão. Para começar, o exército leva mais de 3 décadas lutando uma guerra de forma errada. Teima numa guerra de extermínio, sem ter como perspectiva uma solução política, o que pode ser consequência da falta de entendimento entre o poder civil e o militar, que tem caracterizado os sucessivos governos da Colômbia.

Os resultados não são nada animadores. Além de não ser neutralizada, a guerrilha multiplicou-se por 3 nos últimos 10 anos e está se preparando para passar da clássica guerra de guerrilhas para a guerra de movimentos e de posições mais avançada. Os ataques ocorridos no último ano aplicando duros golpes ao exército e tomando soldados como prisioneiros de guerra, além dos recentes ataques simultâneos a mais de 26 cidades são um indício do que vem pela frente. A guerrilha insiste em que o governo aprove uma lei de troca de



prisioneiros e, ao que parece, não tem pressa, pois como afirmou recentemente o comandante Tirofijo das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), "o desenvolvimento da nossa infra-estrutura nos permite manter os prisioneiros em boas condições". No momento, mantém cerca de 300 soldados detidos.

O problema ultrapassou as fronteiras colombianas. Os Estados Unidos já se mostram mais do que preocupados. O ministro de Defesa colombiano fechou nesta semana em, Washington, uma ajuda militar e econômica sem precedentes para o governo colombiano, que não se limita a dinheiro e equipamento militar.

Testemunhas de combates falam da participação de aviões de bandeira americana na última contra-ofensiva para neutralizar os ataques das FARC, o que constitui uma intervenção militar de fato em território colombiano.

Aproximadamente 18 mil combatentes das FARC e ELN enfrentam o exército, a polícia e os paramilitares em 60 frentes de combate, dominando informalmente 40% do território colombiano. Mas a luta não se limita ao plano militar. Desde a posse do presidente Pastrana, o movimento armado está participando de diálogos a favor da paz. A guerrilha insiste que na mesa de negociação estejam representados os partidos políticos, os poderes do estado, a sociedade civil e que o diálogo ocorra à frente

do país e não às suas costas. A guerrilha insiste em obter o status de força beligerante, uma vez que é autoridade em grande parte do território nacional. Enquanto não tiver esse status, para poder estabelecer relações com o governo, não pode aceitar certas intervenções de organismos internacionais.

As FARC pretendem futuramente entrar na arena política através de um grupo chamado Movimento Bolivariano, objetivando aparecer em praça pública como uma grande força de massas. Porém, Tirofijo menciona que esse movimento será clandestino até que se dêem as condições para agir legalmente.

Niele Mello / Assessora de Imprensa da APUFPR

Um encontro inusitado com Fidel

A chegada do presidente Fidel Castro ao Rio Othon Palace, que aconteceu entre 19hs e 20hs de domingo (27/06), foi bastante disputada. Em Copacabana, a Av. Atlântica, em frente ao hotel, foi tomada por uma legião de admiradores, alguns mais exaltados, outros parmentados com boinas, roupas camufladas, bandeiras e faixas de apoio como Viva Cuba!!!, Fora FHC, Solidariedade contra o bloqueio americano. Isto sem falar na imprensa do Rio de Janeiro e de tantos outros veículos internacionais como as televisões francesa, portuguesa e italiana, que estavam desde cedo fazendo plantão no local.

Era mais ou menos 23hs quando percebi a movimentação da segurança cubana. Logo me aproximei e descobri que o "Comandante" sairia do hotel para um encontro reservado com o chanceler alemão Gehrard Shöereder. Na primeira conversa com os seguranças pessoais dele, fui informada que precisaria de algo por escrito. Imediatamente me dirigi à sala de imprensa da ANDES-SN, para junto com a assessoria do sindicato nacional, preparar o convite formal que seria entregue na saída dele para o encontro com o chanceler alemão.

Só sabiam da minha intenção de quebrar o protocolo o presidente da APUFPR onde sou assessora de imprensa, Prof. Emmanuel Appel, que apoiou imediatamente a iniciativa, alguns diretores da ANDES e duas professoras que permaneceram comigo no saguão do hotel durante, aproximadamente, uma hora e meia. Neste período, imaginei como deveria ser montada a estratégia de abordagem.

Me faziam companhia, aproximadamente 15 seguranças (do exército brasileiro, da polícia federal e da guarda pessoal do presidente cubano) que permaneceram no hotel. Aos poucos percebi que a única maneira de conseguir uma aproximação era conquistando a confiança dos seguranças, deixando claro que eu não oferecia o menor perigo para a segurança do Chefe de Estado que estava sob a responsabilidade deles.

Quando a comitiva chegou, foi como se eu sequer tivesse falado com eles. Fecharam o cerco e a única saída (apesar do meu tamanho - 1m65cm), foi me colocar no ângulo de visão do presidente, esticar o braço e demonstrar a intenção de cumprimentá-lo. Ele então veio em minha direção e quando apertou a minha mão não a soltei mais, até concluir o convite. Informe que os professores das universidades públicas brasileiras estavam reunidos no primeiro andar do mesmo hotel, num encontro para discutir o futuro do ensino público, gratuito e de qualidade no Brasil. Disse também que os professores estavam aguardando ansiosos a palavra de apoio dele ao movimento. Então, sempre muito atencioso, explicou que naquele momento seria muito difícil, pois já passava de 1h e ele precisava descansar para os compromissos da agenda já estabelecida. Prometeu um horário na segunda-feira à noite. Aquele momento era crucial. Foi então que chamei a sua atenção para a urgência do encontro, pois o evento terminaria pela manhã e, mais, que o governo brasileiro teria um projeto que visa a privatização do ensino superior. Ele, então, pensou um pouco e me perguntou quantos professores estavam reunidos no encontro. Eu disse que eram cerca de 200 de todo o país. Foi quando perguntou se quinze minutos eram suficientes.

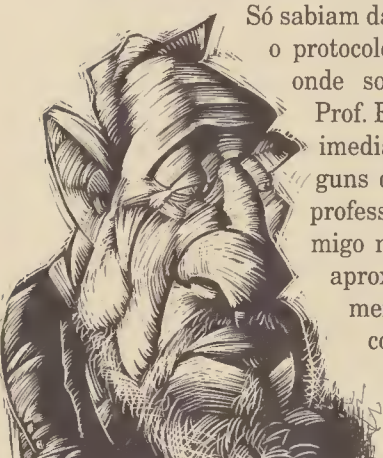
É claro, que ao perceberem que eu havia conseguido

o que parecia uma missão quase impossível, os professores que me acompanhavam subiram correndo pelas escadas e interromperam a votação que iria começar.

Os professores estavam em delírio. Alguns tinham até bandeiras cubanas, não sei de onde tiraram. A saudação *Viva Cuba! Viva Fidel!*, tomou conta do recinto. Assim que os professores se acalmaram, ele pegou o microfone e disse: "Fui capturado por uma chica". Disse ainda que precisava saber melhor o que realmente estava sendo discutido, professores de qual nível de ensino, número de professores por alunos no Brasil, etc. De posse destas informações, iniciou a sua fala. A sequência vocês tem na fita, ok!

Após prolongar os 15 minutos prometidos para mais de 40 minutos, a segurança armou um novo esquema para a saída do Presidente do recinto. Fecharam todas as portas do auditório para evitar um possível tumulto. Fui autorizada a sair para agradecer por ter aceito o convite. Ele disse que gostou muito de ter conversado com os professores e, em forma de agradecimento me deu, na testa, um beijo de despedida. Fez ainda, um convite ao Prof. Renato de Oliveira, para que organize uma comitiva de visita à Cuba a fim de conhecer o funcionamento do sistema de ensino naquele país e estendeu o convite a mim.

A experiência foi ímpar. Mas, é preciso deixar claro: também o foi para a história do Movimento Docente e para o MD como um todo. Não fiz nada mais do que o meu trabalho como assessora de imprensa. A minha experiência de quatro anos de televisão me ajudou muito. Acho que o jornalista precisa ser ousado, e foi isso que eu fiz, usei de toda a ousadia e paciência para driblar a segurança mais forte da CIMEIRA. Dedico esta conquista a todos os colegas de imprensa das demais AD's.





José Graziano da Silva / Doutor em Economia pela Unicamp

Agricultura Familiar e Industrialização

Este livro nos trás uma análise inovadora a respeito das relações entre a agricultura familiar e o processo de industrialização numa antiga região colonial no Rio Grande do Sul.

Inovadora porque articula dois novos e preciosos conceitos - o de industrialização difusa e o de pluriatividade - para explicar como se deu o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista na região do Vale dos Sinos e adjacências. A sua hipótese básica é que o sucesso dos sapatos gaúchos no mercado externo a partir dos anos 70 não é suficiente para se entender o que se passou nessa antiga região colonial do Rio Grande. Tem que se agregar a isso um conjunto de condições econômicas, sociais e até mesmo culturais específicas da região, entre as quais a crise por que passava a produção agrícola familiar de origem alemã.

Da academia italiana, Schneider tomou emprestado uma valiosa bibliografia sobre a industrialização difusa na Emilia Romagna, que ficou mais conhecida como a terceira Itália por apresentar um modelo distinto de desenvolvimento econômico da industrialização verticalizada de Milão ou do latifúndio do Sul. Em particular, a noção de que os mercados são construídos socialmente - e nada tem, portanto da famigerada mão invisível que querem os neoliberais - estabelecendo, assim, formas peculiares de relacionamento entre a força de trabalho de origem rural e o mercado de trabalho não agrícola que era impulsionado pelas atividades industriais emergentes. Com isso, o autor pode mostrar como a dispersão dessas empresas industriais se fez em espaços - entendidos não apenas no sentido físico, mas também econômico e social - já anteriormente ocupados



majoritariamente pela agricultura familiar. O resultado foi a constatação de que, hoje, já não há na região "um corte entre campo e cidade como espaços distintos de vida e produção, mas um "continuum" onde transcorrem relações de trabalho e de sociabilidade ao mesmo tempo".

Da academia francesa, Schneider foi buscar o conceito de pluriatividade para explicar como desde a sua origem, os colonos teuto-brasileiros combinavam nas pequenas propriedades coloniais, o trabalho, nas lavouras com outras atividades como o artesanato, a produção manufatureira e outros trabalhos não agrícolas. E como o surgimento da agricultura a tempo parcial e existência das famílias pluriativas está diretamente relacionada ao processo de industrialização difusa da região.

Da academia portuguesa, Schneider buscou a noção de espaços peri-urbanos

que não são tipicamente rurais nem tão pouco urbanos, porque nem emerge um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade das famílias e na plurifuncionalidade do uso dos solos. E é a emergência desses novos espaços que lhe permite falar no "renascimento rural" dessa região gaúcha tanto pelo fato de novas possibilidades de geração de emprego e renda que apresentam, como pelo crescimento das moradias que se vem construindo nas velhas linhas e picadas do local.

Sérgio Schneider é um jovem pesquisador que já se tornou muito conhecido na roda dos especialistas dos estudos agrários brasileiros, tanto pelo vigor do seu trabalho de campo como pelo rigor dos conceitos teóricos que utiliza. Tive o prazer de tê-lo como aluno (brilhante) no Curso de pós-graduação na Unicamp, há anos atrás, e agora como colega

pesquisador no Projeto Rurbano. O livro é um dos primeiros resultados desse esforço de pesquisa que procura explicar a emergência de um novo rural brasileiro a partir dos anos 80 em todo o país. O leitor, sem dúvida, vai gostar deste trabalho que soube combinar o que há de mais recente na bibliografia especializada com o relato do que foi (e ainda é para muitos) o cotidiano de suas famílias.

Solicitações para aquisição do livro "Agricultura familiar e industrialização", de Sérgio Schneider, podem ser enviadas para Eliane Sanguiné
UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Av. João Pessoa, 31 - CEP 90.040-000
Porto Alegre - RS
Fone: (051) 316.4023 Fax: (051) 316.3281
E-Mail: sanguine@vortex.ufrgs.br
Home Page: <http://www.ufrgs.br/pgdr>

ORELHA

El Mercosur y su contexto regional e internacional

Jacques Ginesta

Aborda as principais características dos contextos regional e internacional para a compreensão das forças e

interesses presentes nas origens do Mercosul. Analisa ainda as opções que se abrem no âmbito da América Latina e em suas relações com a União Européia e ALCA.

Editora da Universidade. 213p. R\$22,00.

HEMEROTECA

Jornais Diários

Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo



Tecnologia e agricultura familiar

José Graziano da Silva

Analisa o padrão de transformação tecnológica da agricultura brasileira nas últimas três décadas.

Editora da Universidade. 238p. R\$22,00.

O conto sul-riograndense: tradição e modernidade

Gilda Neves da Silva Bittencourt

Reflete os momentos férteis do conto gaúcho dos anos 70, período em que emerge uma rica produção literária que privilegia um ideal de integração nacional.

Editora da Universidade. 253p. R\$18,00

WWW

Contra a fome

☒ www.thehungersite.com/index.html
Diversas empresas patrocinam a doação de alimentos pela Internet

Projeto Gutenberg

☒ www.promo.net/pg
Projeto de literatura eletrônica com milhares de obras para download

AD NAUSEAM



Um outro mundo é possível

Em junho, um encontro promovido pela Ação pela Tributação das Transações Financeiras e Apoio aos Cidadãos (Attac) reuniu em Paris 1.500 representantes de movimentos sociais de 70 países. A Attac surgiu na França em 1998 em defesa da Taxa Tobin, que pretende tributar o capital especulativo para criar um fundo de combate à pobreza. A tarefa imediata da Attac é alertar os setores sociais, empresariais e os parlamentares para a importância da Rodada do Milênio, que vai realizar-se em novembro em Seattle (EUA). A Attac vê a Rodada como uma resposta do capital ao fracasso do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Para falar sobre o assunto, o Adverso entrevistou o presidente da CUT no Rio Grande do Sul, Francisco Vicente, que fez parte da delegação brasileira no encontro de Paris.

Silvânio Mariani

ADverso - De todos os temas colocados em discussão pela Attac, a proposta de taxação do capital especulativo é a

que tem ganhado manchetes e causado maior polêmica. Por que isso acontece?

Francisco Vicente - Porque a taxa tem a grande virtude de frear esse processo especulativo. A Taxa Tobin propõe tributar em 1% o capital financeiro que gira ao redor do mundo. Hoje, poderia ser arrecadado cerca de US\$ 200 bilhões por ano que poderiam ser investidos em programas sociais no mundo inteiro. Queremos aproveitar o fato de que a Finlândia assumirá a presidência da União Européia no segundo semestre de 1999 porque esse país, que é hoje o governo mais coerente da Europa e o Canadá já se pronunciaram favoravelmente à instituição do tributo. No encontro de Paris foi aprovada uma petição mundial pela instituição da Taxa Tobin e decidiu-se realizar uma grande manifestação em Bruxelas, na Primavera do ano 2000. Mas temos que definir ainda quem vai recolher a taxa, quem vai aplicar, quem vai fiscalizar, quem vai controlar, além de outras questões.

Adverso - A Taxa Tobin não representa uma ameaça à liberdade do capital?

Francisco - Veja que as três leis para o capital, que são a completa liberdade para o fluxo, para o investimento e para o comércio, causam instabilidade muito grande no sistema econômico. Por isso assistimos crises no México, na Argentina, no Brasil na Rússia e nos Tigres Asiáticos. Aliás, temos que ter cuidado com essa história de livre comércio e as virtudes do liberalismo. Os EUA não defenderam sempre esse ponto de vista. Quando a Inglaterra mandava no mundo, eles eram contra. Nem sempre a Inglaterra defendeu o livre comércio. Quando a Holanda mandava no mundo, os ingleses eram contra. Só defende livre comércio quem é forte e, mesmo assim, não é para tudo. Eles não levantam barreiras alfandegárias mas levantam outras como o selo verde e a inspeção fitossanitária. Veja que os EUA detêm 84% do comércio das Américas, enquanto o Mercosul detém

8%. E o que seria a Alca? Seria colocar um mercado que domina 84% e o outro de 8% a disputar mercado. É óbvio que um mercado vai engolir outro.

Adverso - Qual é o balanço do encontro realizado em Paris?

Francisco - As delegações saíram de lá com uma noção muito clara das linhas que se tem hoje para o combate. Por influência da delegação brasileira, conseguimos fazer com que tirássemos uma prioridade: o combate à Rodada do Milênio que, ironicamente chamamos de "roubada do milênio" (a Rodada do Milênio é o encontro organizado pela Organização do Comércio Mundial e vai acontecer em novembro, em Seattle, EUA). Não é à toa que vai acontecer nos Estados Unidos e não é à toa que o encontro está sendo chamado de "rodada do milênio". Ao final do encontro aprovou-se um documento que norteará as ações da Attac e das demais ONGs em três linhas principais de ação. A primeira é a intensificação da campanha contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que é uma espécie de "Declaração Internacional dos Direitos do Dinheiro". O segundo ponto é a instituição de um tributo para o capital financeiro, que é a Taxa Tobin. E o terceiro ponto é a defesa da anulação das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo.

Adverso - Qual é a posição da Attac com relação às dívidas externas dos países pobres?

Francisco - A questão da dívida externa foi debatida com essa decisão do G7 de perdoar as dívidas dos países mais pobres (Colômbia, maio de 1999). Eles decidiram anular parte da dívida de Ruanda, por exemplo, mas aquele país tem que adotar um receituário imposto pelo FMI (Fundo Monetário Internacional). É o tal Plano de Ajuste Estrutural, que é um verdadeiro absurdo. Eu estive numa mesa de debates em que havia representantes das Ilhas Maurício, da Argélia, da África do Sul, da Coreia do Sul e da Bélgica. A similaridade dos planos em todos os países é algo fantástico. Um argelino foi muito feliz ao dizer que o FMI faz a avaliação de que os países estão doentes e que ele é o médico. O FMI faz um diagnóstico e dá a mesma receita para todos. Isso é o Plano de Ajuste Estrutural, que

visa basicamente o que a Thatcher fez nos anos 80. Ou seja, combater a inflação, desonerar o capital, vender estatais, subtrair direitos sociais, atacar os sindicatos. Eles fazem isso em todos os países. É artificial. Temos que trabalhar de forma combinada contra isso. Há um movimento muito forte na Europa com o apoio de alguns governos e do Papa que prega o perdão das dívidas externas sem a obrigação de adotar as políticas do FMI mas com a obrigação dos governos realizarem investimentos sociais equivalentes ao que foi perdoado.

Adverso - E sobre o AMI?

Francisco - Considera-se o AMI e seus três principais elementos como absurdos. O primeiro elemento é a garantia total e absoluta, com concordância dos governos, de que os investidores têm plena liberdade de investimento, independentemente de prejuízos ao meio ambiente, prejuízos sociais e muitos outros. O segundo é a total equiparação entre empresa nacional e internacional. Acaba-se com a empresa nacional. E o terceiro ponto é a proposição de novo regime jurídico que permitia, por exemplo, que se a Ford estivesse aqui e os trabalhadores entrassem em greve, a empresa poderia entrar numa corte norte-americana contra o governo do Estado e exigir uma indenização por perdas ou por não realização dos lucros previstos. Isso porque o governo foi incompetente para reprimir os trabalhadores grevistas. É um absurdo! O AMI propunha a eliminação de diversas barreiras, derruba a Constituição dos países e cria uma espécie de "constituição mundial", uma espécie de governo mundial. Na Rodada do Milênio, junto com o AMI vão entrar em discussão a completa liberalização da agricultura, das florestas, dos recursos hídricos, das reservas minerais e marítimas, a liberalização dos serviços de saúde, da educação, a propriedade intelectual, a legalização dos transgênicos e o patenteamento de formas de vida. A leitura do documento causa uma revolta muito grande. Se o AMI for aprovado, os governos nacionais estarão proibidos de adotar iniciativas de proteção aos trabalhadores, de salvaguarda do meio ambiente, da proteção dos consumidores e das empresas nacionais sempre que tais políticas entrarem em choque com os interesses dos investidores internacionais.

Adverso - O que a CUT pretende fazer para levar adiante esse debate?

Francisco - A idéia é levar da Central do



Francisco: unir forças para combater capital internacional

RS a proposição para que a CUT nacional se integre nesse processo. Estamos tentando ocupar espaços na mídia para divulgar o que foi debatido. Estamos organizando um abaixo-assinado para o documento aprovado em Paris e a idéia é entregá-lo em Seattle, em 30 de novembro. Nós queremos contribuir para organizar e espalhar esse movimento, queremos trazer para o debate a CNBB que certamente vai querer participar, a OAB e queremos constituir um grupo jurídico que comece a analisar esse temas e que nos ajude a entender isso e saber que limites o governo tem para se comprometer com algo que anule uma norma interna de um país. Estamos fazendo um movimento em direção aos intelectuais e artistas para que a população entenda o que é a Attac e os perigos que a Rodada do Milênio trarão, se forem concretizadas as propostas dos países ricos. Uma coisa interessante é que pela magnitude dos temas da Attac, ele tem uma capacidade de atração muito grande. Agora, são temas muito complexos e de difícil entendimento. Mas é possível lograr êxito traduzindo a linguagem para a compreensão de todos. Infelizmente, por não ter acesso à educação, o povo brasileiro tem uma humilde compreensão desses temas além de uma grande complacência.

Adverso - Na América Latina, qual é a posição do Brasil em termos de organização para enfrentar esses temas propostos pela Attac?

Francisco - Estamos bastante adiantados. Não é à toa que o Brasil não sofreu ainda, por conta de sua organização sindical, o mesmo efeito devastador que sofreram Argentina e México, por exemplo. Sob o ponto de vista de recursos que estão sendo retirados, estamos na frente de todos os países da América Latina. Só em juros para pagar a dívida externa sairá do país o equivalente ao PIB de dez anos de nosso estado. *